

Sarney quer emenda presidencialista de consenso

BRASILIA — A palavra de ordem do Planalto e a unidade dos presidencialistas. Com esse objetivo, o Presidente Jose Sarney instruiu o Líder Carlos Sant'Anna a buscar a união dos presidencialistas na Constituinte, examinar as propostas que mantenham o atual sistema de governo em busca de consenso e combinar com as forças situacionistas uma estratégia para a votação da matéria na Comissão de Sistematização.

Ao informar ontem aos sete Ministros com quem tomou o café da manhã no Palácio da Alvorada ter dado tais instruções a Sant'Anna, Sarney disse, segundo um de seus assessores, ser necessário chegar-se a uma proposta de presidencialismo que una todos os setores que defendem esse sistema. A estratégia e pedir destaque para uma emenda de consenso antes da votação do substitutivo Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização.

Ainda na reunião do Alvorada, o Presidente fez um apelo aos Ministros para que atuem diretamente junto aos constituintes. Pediu-lhes que conversassem com os parlamen-



A Sant'Anna cabe fixar a estratégia para a vitória

tares, pois, no seu entender, o PMDB e o PFL precisam se afinar internamente para evitar a desestabilização política. Ele está preocupado com as divergências internas dos dois partidos que compõem a Aliança Democrática.

Ontem, em entrevista, o Secretário de Imprensa do Palácio do Pla-

nalto, Frota Netto, reafirmou os pontos principais que definem as relações do Governo com a Constituinte e foram reforçados na reunião matinal com os Ministros:

■ A posição do Presidente foi expressada em seu discurso de maio, a favor do presidencialismo com Congresso forte e a fixação do seu mandato em cinco anos.

■ Em face da possibilidade de o Congresso encontrar uma solução de consenso para o sistema de governo, Sarney não seria obstáculo e a apoiar. Essa solução, entretanto, não foi encontrada.

■ Diante dessa realidade, ele manteve seu ponto de vista, do qual, de resto, nunca se afastou: presidencialismo e mandato de cinco anos.

■ O Presidente instruiu o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, a examinar as propostas presidencialistas existentes e combinar a votação na Comissão de Sistematização.

■ Com os Ministros, ele avaliou os trabalhos da Constituinte, sob os aspectos abrangidos pelos diversos setores do Governo, e pediu-lhes que colaborem com o Congresso na elaboração de uma nova Constituição "que não prejudique a governabilidade do País.

■ Sarney tem um único propósito: defender os interesses nacionais, sem considerações de natureza pessoal. Para cumprir seu dever, está sempre aberto ao diálogo, em benefício do povo brasileiro.

Hoje, no Palácio da Alvorada, o Presidente Jose Sarney continua as conversações com o objetivo de preservar suas posições na Constituinte.

balho que uniu e vem não só da mente mas também do coração".

Ressaltou que a disposição dos parlamentaristas não tem o objetivo de contrariar o Presidente Sarney:

— Nós não temos — disse — nenhuma posição que seja hostil ou, mesmo de longe, restritiva ao Presidente da República. Manifestamos a esperança de que ele acolha a posição dos parlamentaristas como uma contribuição à glória do País e à glória do seu Governo.

Por sua vez, Ulysses Guimarães disse que não deixará que suas convicções pessoais se coloquem acima dos interesses da Nação. Por isso, disse, acatará a decisão da maioria da Constituinte sobre o assunto.

— A decisão deve ser da maioria

— frisou — mas não de uma maioria que quer destruir, trucidar e humilhar a minoria.

Já o Senador José Richa (PMDB-PR) afirmou que a proposta que estava sendo entregue foi a única que conseguiu aglutinar os parlamentaristas. Não obstante, destacou que as Disposições Transitorias ficaram em aberto para o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, pois não havia sido possível encontrar uma fórmula de consenso.

A proposta dos parlamentaristas dispõe sobre a prerrogativa de o Presidente da República vetar decretos do Primeiro-Ministro, bem como sobre a possibilidade de dissolver a Câmara quando esta recusar um voto de confiança ao Chefe do Governo.

Proposta altera prazos e normas na Comissão

BRASILIA — O cronograma e as normas para discussão e votação na Comissão de Sistematização poderão ser alterados numa reunião a ser realizada às 10 horas de hoje, na residência do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, com a participação do Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, e das lideranças partidárias. Será debatida uma proposta elaborada pelos Deputados Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e Aluizio Campos (PMDB-PB), e pelo Senador José Fogaça (PMDB-RS), que cria um prazo de oito dias para discussão do substitutivo do Relator antes de iniciada a votação.

Após uma reunião preliminar no seu gabinete, ontem à tarde, com Afonso Arinos e a assessoria do Secretário-Geral da Constituinte, Paulo Afonso, Ulysses Guimarães comentou que "não é interessante uma nova alteração nos prazos da Constituinte". Se for aprovada a alteração proposta pelos três Constituintes, o cronograma será ampliado de 24 para 32 dias, embora permaneça inalterado o período previsto para a votação do substitutivo — 15 dias.

A nova proposta surgiu a partir de uma questão de ordem levantada pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que queria esclarecimentos sobre as normas e os prazos para votação. O Presidente da Sistematização providenciou, então, a elaboração de um documento formal por três integrantes da Comissão, contendo sugestões para posterior debate com as lideranças.

Em relação às normas, os três Constituintes concluíram — por exemplo, no que tange aos efeitos da votação — que o novo substitutivo suprime integralmente o anterior e o projeto primitivo. Porém, se o segundo substitutivo for recusado no seu total, prevaleceria o primeiro, cuja recusa implicará no retorno à vigência do projeto original para votação em plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Após o período de debates sobre o novo substitutivo — oito dias —, a nova proposta prevê a apresentação de destaques em dois dias — exatamente como no cronograma atual. Já o prazo para a organização dos destaques pela Secretaria da Comissão, foi ampliado de um para dois dias. O início da votação começa 12 dias após a apresentação do novo substitutivo. O prazo para a redação final é ampliado de um para cinco dias.

O 'livrinho'

CELEBROU-SE ontem, com menos pompa do que era devido, o 41º aniversário de nascimento de um "livrinho".



Presidente Dutra

ERA ESSE o nome carinhoso com o que Presidente Dutra se referia à Constituição de 1946, que nasceu na sua gestão e sobreviveu até 1967 — embora a sua vida útil tenha para muitos efeitos se esgotado três anos antes.

A RELAÇÃO afetuosamente entre o Presidente que realizou de maneira exemplar a transição para a democracia depois do Estado Novo e a Carta Magna não tinha sentido apenas verbal. Ela indicava, como a História registra, o amor à democracia revelado por Eurico Dutra ao longo de todo o seu mandato.

ERA, deve ser lembrado, um amor justificado. Mesmo criticada por ser, em diversas áreas, excessivamente analítica,

a Constituição de 46 acompanhou, com seu espírito liberal, o mais moderno pensamento político de seu tempo.

O CARÁTER democrático da Carta faz jus à presença, na Constituinte, de um grupo de homens públicos como poucas vezes um plenário reuniu em nosso país. Dali saíram Presidentes da República, como Juscelino Kubitschek e Café Filho. Lá estavam nomes que já pertenciam à História política do País, ao lado de outros que começavam a marcar sua presença — Alomar Baleeiro, Prado Kelly, Raul Pilla, Milton Campos, Otávio Mangabeira, Luiz Carlos Prestes, Neru Ramos, Mello Vianna, Arthur Bernardes.

NO PÓS-GUERRA, o Brasil retomava o longo caminho em direção à democracia plena. Havia percalços pela frente, e o fim ainda está no horizonte. Neste momento, quando mais uma vez buscamos a organização institucional do País, a Constituição de 46 merece ser recordada. Como um marco e um exemplo.

Parlamentaristas não conseguem acordo sobre data de implantação

BRASILIA — Sem conseguir fechar um acordo no capítulo das Disposições Transitorias para a implantação do parlamentarismo, os constituintes que defendem a mudança do sistema de governo resolveram deixar a questão para o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral. O grupo entregou ontem ao Presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, emenda elaborada na véspera, com dispositivos parlamentaristas apenas para o corpo da nova Carta.

Durante a solenidade, o Senador Afonso Arinos, Presidente da Comissão de Sistematização, afirmou que a proposta que estava sendo entregue era "o resultado não somente do pensamento mas também do sentimento". E completou: "É um tra-

balho que uniu e vem não só da mente mas também do coração".

Ressaltou que a disposição dos parlamentaristas não tem o objetivo de contrariar o Presidente Sarney:

— Nós não temos — disse — nenhuma posição que seja hostil ou, mesmo de longe, restritiva ao Presidente da República. Manifestamos a esperança de que ele acolha a posição dos parlamentaristas como uma contribuição à glória do País e à glória do seu Governo.

Por sua vez, Ulysses Guimarães disse que não deixará que suas convicções pessoais se coloquem acima dos interesses da Nação. Por isso, disse, acatará a decisão da maioria da Constituinte sobre o assunto.

— A decisão deve ser da maioria

Na última rodada, pouco acordo e muitos pedidos

BRASILIA — Pouco entendimento e muitas reivindicações. Este foi o resultado da última rodada de negociações que o Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), promoveu, ontem de manhã, na OAB-DF. Cabral ouviu patrões e empregados e os líderes do PFL e dos partidos de esquerda.

Cabral chegou à OAB pouco depois das 10h. Os três grupos já estavam reunidos em salas separadas no sétimo andar do prédio. Os primeiros a conversar foram os empresários e trabalhadores, representados pelo Presidente da CNI, Senador Albano Franco (PMDB-SE), o Diretor da Fiesp Rui Altenfelder e os Presiden-

tes da CUT e da CGT, Jair Messias Negreiros e Joaquim dos Santos Angraide, além do Presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Cabral foi suscitado ao abrir a reunião:

— Vocês se entendam. Se houver acordo, acato no substitutivo.

Não houve.

Na segunda sala estavam o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE), e os líderes na Câmara e no Senado, José Lourenço (BA) e Carlos Chiarelli (RS). O centro dos debates foi o sistema de governo.

O grupo de esquerda foi o último a se encontrar com o Relator. Mas o que mais saiu satisfeito, entre as propostas apresentadas, Cabral prometeu acatar três.